

**COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE PHILIPPE MAYSTADT,  
NA SESSÃO ANUAL DO CONSELHO DE GOVERNADORES  
LUXEMBURGO, 4 DE JUNHO DE 2002**

É com o maior prazer que Vos desejo as boas-vindas à Sessão Anual do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento. Gostaria, antes do mais, de apresentar uma perspectiva geral das actividades do BEI em 2001, antes de passar às duas grandes componentes do enquadramento estratégico nas quais se apoia a proposta de aumento de capital: as prioridades e os grandes princípios a respeitar.

**I. ACTIVIDADES EM 2001**

Tal como indicado no ano passado, a crescente atenção dada às nossas actividades de base mais importantes traduziu-se num crescimento moderado dos financiamentos, que ascenderam a EUR 36 800 milhões em 2001, em comparação com EUR 36 000 milhões em 2000, dos quais EUR 31 200 milhões se destinaram à União Europeia e EUR 5 600 milhões a países terceiros.

**FINANCIAMENTOS NA UNIÃO EUROPEIA**

Na União Europeia, o Banco manteve um nível elevado de financiamentos no domínio em que desenvolve a sua missão principal, a promoção do desenvolvimento económico e social na União; 70% dos empréstimos individuais destinaram-se a projectos situados em zonas de desenvolvimento regional (73% em 2000), verificando-se um surto das verbas canalizadas para regiões abrangidas pelo objectivo N°1, que absorveram 56% dos empréstimos individuais (50% em 2000).

Fizemos grandes progressos na implementação da Iniciativa Inovação 2000 (i2i): com contratos assinados no valor de EUR 5 000 milhões em 2001, estamos numa posição favorável à consecução do objectivo fixado de EUR 12-15 000 milhões até ao fim de 2003. De assinalar especialmente em 2001 as actividades nos domínios da investigação e desenvolvimento e do capital humano (saúde e educação), assim como as primeiras operações do Banco no âmbito da vertente "audio-visual" da i2i.

As actividades em favor de projectos de protecção do ambiente natural e urbano prosseguiram a um ritmo sustentado, tendo os empréstimos individuais ascendido a EUR 5 900 milhões, ou seja, 29% do total (a que acrescem cerca de EUR 2 000 milhões correspondentes a afectações no âmbito de empréstimos globais); embora os valores fossem inferiores aos atingidos no ano passado, ainda estão dentro do objectivo de 25-33% dos empréstimos individuais no seio da União.

**FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO EUROPEIA**

Passando agora às actividades no exterior da União, verificou-se em 2001 um ligeiro declínio das operações nos países candidatos, montando os contratos assinados a EUR 2 700 milhões. Este abrandamento deve-se em parte às mudanças políticas verificadas nalguns países, e também às políticas económicas e fiscais adoptadas para reduzir os défices e nalguns casos, a dívida externa, na perspectiva da adesão. Os financiamentos concentraram-se em projectos de infra-estruturas (transportes, telecomunicações e ambiente), tendo sido igualmente concluídos com êxito os primeiros empréstimos nos sectores da educação e da saúde.

Na região mediterrânica, os financiamentos do BEI voltaram a aumentar em 2001, atingindo EUR 1 400 milhões, que se destinaram essencialmente a projectos infra-estruturais, com uma atenção especial dada à protecção do ambiente (34% do total). Também se verificou um surto nas actividades nos Países ACP e na África do Sul (EUR 670 milhões), assim como nos Balcãs (EUR 319 milhões), enquanto os financiamentos na Ásia e América Latina se mantiveram estáveis, com EUR 543 milhões.

## **CAPTAÇÃO DE FUNDOS**

O Banco captou no ano passado EUR 32 300 milhões (um acréscimo de 11% em relação a 2000) por meio de 148 emissões obrigacionistas lançadas em 13 divisas diferentes. A quota-parte das três divisas de captação principais (EUR, GBP e USD) subiu para 94% do total. De acordo com as nossas previsões e graças às condições de mercado favoráveis, verificou-se um aumento significativo das emissões em USD (que representaram 40% do montante total antes de *swaps*) que, aliado ao aumento das emissões em EUR, compensou a regressão das emissões em GBP. Em todas as principais divisas, procurámos lançar grandes emissões de referência, pondo o acento na liquidez e na possibilidade de negociação por via electrónica.

Para estimular o desenvolvimento dos mercados de capitais dos países candidatos, aumentámos a captação de fundos 50% em relação a 2000, lançando nove emissões em coroas checas, forints húngaros e zlotis polacos.

## **BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

O balanço total cifrou-se em EUR 209 400 milhões no final de 2001, o que representa um aumento de 9,6% em relação a 2000, após reclassificação dos *swaps* de divisas como rubricas extrapatrimoniais. O total de empréstimos e garantias concedidos ascendeu a EUR 223 300 milhões, sendo o limite máximo estatutário de EUR 250 000 milhões.

Os excedentes brutos de gestão elevaram-se a EUR 1 456 milhões (um acréscimo de 8,25% em relação a 2000), o que representa uma rendibilidade dos fundos próprios de 6,25%. Este aumento dos excedentes de gestão pode ser atribuído à margem de juros líquida entre os financiamentos e a captação de fundos, que dá o maior contributo para a receita líquida bancária, e que compensou a redução das receitas de tesouraria decorrente da tendência para a baixa verificada em todas as grandes divisas no decurso do ano.

## **II. AS PRIORIDADES OPERACIONAIS**

Tal como acordado na última Sessão Anual do Conselho de Governadores, a ordem do dia contém uma proposta do Conselho de Administração relativa ao aumento de capital, assim como um relatório que resume os debates estratégicos que tiveram lugar neste Conselho.

Antes de passar à proposta de aumento de capital em si, gostaria de referir as cinco prioridades operacionais constantes do Plano de Actividades para 2002-2004.

Em primeiro lugar, a nossa prioridade estratégica fundamental continua a ser o desenvolvimento regional. Já tínhamos como meta canalizar pelo menos 70% dos nossos empréstimos individuais para as regiões assistidas da União Europeia. Este ano, propusémo-nos o objectivo adicional de conceder 50% dos nossos empréstimos globais nessas regiões. A colaboração estreita com a Comissão continuará a ser muito importante para a consecução destes objectivos, na medida em que optimiza as sinergias entre os empréstimos e os instrumentos orçamentais. No ano passado, esta colaboração traduziu-se nomeadamente no cofinanciamento de projectos na Itália, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, e no trabalho conjunto de definição de indicadores de *performance* dos projectos.

Em segundo lugar, a implementação da i2i deve ser prosseguida a bom ritmo. Pretendemos avançar de uma forma equilibrada em todos os domínios, tirando especialmente

partido das medidas de cooperação reforçada com a Comissão, nos sectores audiovisual e da investigação. Estamos a tentar chegar a um acordo construtivo com a Comissão no que se refere às redes de tecnologias da informação e da comunicação, com vista a que o Banco possa dar o maior contributo possível neste sector, que passa actualmente por um período de tensões, no respeito da política comunitária.

Em terceiro lugar, a protecção e melhoria do ambiente continua a ser uma prioridade. Procedemos a um estudo sobre a nossa estratégia de financiamento, que conduziu à publicação de uma nova declaração sobre o ambiente e de documentos sobre as alterações climáticas e o desenvolvimento duradouro. Na sequência deste estudo, o Comité Executivo decidiu criar uma nova unidade ambiental cujo objectivo principal consiste em reforçar a vertente ambiental na apreciação de projectos e coligir dados para medidas a tomar no futuro.

Em quarto lugar, a preparação dos países candidatos à adesão à UE continua a exigir toda a nossa atenção. Na sequência da apresentação ao Conselho de Administração de um estudo sobre a nossa estratégia de financiamento a médio prazo nestes países, as metas de financiamento foram revistas em alta durante os debates sobre o Plano de Actividades; esta medida coaduna-se perfeitamente com a decisão de criar uma margem de manobra adequada para as actividades nestes países, limitando o crescimento das operações no seio da União actual. Também estão a ser activamente preparados certos aspectos institucionais do alargamento que dizem respeito ao Banco.

Por ultimo, nos países parceiros, apoiaremos a implementação das políticas comunitárias de ajuda e cooperação para o desenvolvimento, no contexto dos diferentes mandatos de financiamento conferidos ao Banco pelo Conselho. Já foram feitos progressos significativos na instituição da Facilidade de Investimento, no contexto do Acordo de Cotonou, mas gostaria de solicitar o Vosso apoio activo, para garantir uma rápida ratificação deste Acordo pelos parlamentos nacionais.

É evidente que estas prioridades, que reflectem a nossa missão estatutária e as decisões relevantes dos Conselhos Europeus, deverão ter em conta quaisquer futuros mandatos adicionais que futuros Conselhos venham a conferir ao Banco.

Neste contexto, gostaria de chamar a atenção de V. Exas. para os três pontos constantes das recentes Conclusões de Barcelona.

Para começar, o Conselho congratulou-se com as medidas tomadas pelo Banco na sequência do Conselho de Gand: lançamento de uma Iniciativa de Financiamento Acelerado destinada a financiar a um ritmo acelerado investimentos em sectores específicos (transportes, ambiente, turismo e domínios da i2i) através de um aumento temporário da percentagem do custo de investimento a financiar pelo BEI de 50% para 75%, e de uma mobilização mais rápida de novos instrumentos financeiros, em particular, o Instrumento de Financiamento Estruturado e financiamentos do FEI.

Em segundo lugar, o Conselho convidou o Banco, a Comissão e os Estados-membros a procurar o mais rapidamente possível soluções para a plena implementação das Conclusões de Gotemburgo sobre a Parceria Ambiental para a Dimensão Setentrional. Nesta perspectiva, avistei-me com o Primeiro-Ministro da Rússia e espero que seja possível encontrar uma solução que seja aceitável, quer para os russos, quer para os accionistas do Banco.

Em terceiro lugar, o Conselho adoptou a decisão tomada quando da reunião extraordinária da Ecofin, de criar no seio do BEI uma Facilidade de Investimento Euro-Mediterrânica, que prevê os seguintes compromissos:

- . criar um Conselho de Fiscalização da Facilidade de Investimento, em que participarão os Estados beneficiários;
- . criar um fundo de investimento especial, que poderia receber contribuições voluntárias de Estados-membros;
- . desenvolver e reforçar a assistência técnica;

- . desenvolver as actividades, privilegiando o sector privado.

Trata-se de uma iniciativa ambiciosa, e o nosso objectivo é que este instrumento esteja operacional o mais tardar até ao fim do ano. Os trabalhos estão avançados, tal como o Vice-Presidente Francis Mayer teve a oportunidade de explicar ao Comité Económico e Financeiro na semana passada. Mas gostaria de salientar a necessidade de trabalhar em estreita colaboração com a Comissão, o Conselho Ecofin e os Estados beneficiários para garantir o rápido arranque desta Facilidade.

### **III. PRINCÍPIOS A RESPEITAR**

Tendo resumido as nossas prioridades operacionais, gostaria agora de abordar quatro grandes princípios que já regem as nossas actividades, mas que devem ser continuamente desenvolvidos e melhorados.

O primeiro princípio é o da subsidiariedade ou, por outras palavras, a optimização do valor acrescentado das operações do BEI. Este princípio está consignado no enquadramento estratégico aprovado pelo Conselho de Governadores e nos Planos de Actividades aprovados pelo Conselho de Administração. Sei que esta é uma questão que suscita uma particular atenção da Vossa parte, especialmente no que respeita aos nossos empréstimos a grandes empresas e no domínio dos empréstimos globais.

Quanto ao financiamento de grandes empresas, esta actividade foi recentemente analisada pelo Conselho de Administração, que chegou às seguintes conclusões: confirmação das normas relativas à percentagem máxima de financiamentos em países terceiros e adopção de uma abordagem mais específica e selectiva, dirigida a projectos situados em zonas assistidas e a projectos que, não só têm um conteúdo estratégico inovador, como correspondem às prioridades da UE (especialmente na esfera da i2i). O Conselho de Administração também acordou em que lhe fossem apresentadas até ao fim do ano propostas referentes a empresas de dimensão intermédia (*second tier*). Além disso, no final do ano passado, o Comité Executivo tomou decisões relativamente a novos limites aplicáveis a empresas mutuárias “de risco único” e à política de tarifação das mesmas. Estas medidas conduzirão a uma redução dos financiamentos do Banco a grandes empresas, os quais se cifraram em EUR 8 100 milhões em 2001. Penso que podemos comprometer-nos a proceder a esta redução, mas a mesma não deverá afectar os projectos situados nas regiões assistidas, na medida em que o Conselho de Administração já decidiu que estas deviam continuar a ser uma prioridade.

Antes do alargamento, os Governadores deverão examinar a situação, tendo em conta as necessidades específicas dos novos Estados-membros, mas evitando afectar de qualquer modo a posição relativa das regiões assistidas “antigas”.

No que toca aos empréstimos globais, gostaria de Vos lembrar que estes constituem a única forma prática, em total cooperação com o sector bancário, de apoiar PME e infra-estruturas de pequena dimensão. Esta actividade é regularmente submetida ao exame do Conselho de Administração e os nossos esforços para alargar o leque de intermediários, para desenvolver empréstimos globais mais específicos e para melhorar a transparência, a fim de otimizar as vantagens para os beneficiários finais, estão a começar a produzir resultados concretos. O Conselho de Administração entende que devemos prosseguir a nossa acção dentro das mesmas linhas.

O segundo princípio é o de uma gestão e um controlo do risco adequados e eficazes. Temos aqui um domínio que não admite quaisquer complacências e que exige uma evolução constante, para cumprimento da boa prática e das obrigações regulamentares.

Tal como prometido no ano passado, enviámos a V. Exas. dois relatórios: o primeiro, descreve o enquadramento de gestão do risco no Banco e o segundo, a evolução da exposição a bancos e empresas de risco único. E posso confirmar hoje que o Comité Executivo, o Conselho de Administração e o Comité de Fiscalização, nos respectivos domínios de responsabilidade,

estão a acompanhar atentamente a actividade de gestão do risco. Ser-Vos-á apresentado um novo relatório sobre a gestão do risco antes da próxima sessão anual do Conselho de Governadores de Junho de 2003.

O Comité Executivo tenciona prosseguir a política prudente adoptada pelo Banco face ao risco. Tal não significa que não sejam tomados quaisquer riscos, na medida em que seria contrário à vontade anteriormente expressa pelos Governadores e também ao princípio de optimização do valor acrescentado, mas significa, sim, que os riscos assumidos pelo Banco devem ser devidamente avaliados, e devem inscrever-se em sistemas eficazes de gestão do risco, que permitam um acompanhamento atento e a adopção de medidas adequadas na ocorrência de problemas. Uma componente desta estrutura é a nossa política de tarifação, que é também regularmente actualizada, para garantir uma contribuição adequada para a constituição de provisões compatíveis com os riscos inerentes aos nossos empréstimos e actividades financeiras.

Esta política tem-se revelado adequada, como ilustrado pela experiência até à data e a confirmação, no exame efectuado pelo Conselho de Administração, de que o coeficiente de adequação do capital, caso fosse aplicado ao Banco, seria muito superior ao das instituições financeiras do sector privado com melhor *rating*. Mas, repito, não se admite qualquer complacência, e continuaremos a melhorar os nossos sistemas de gestão do risco, assim como os controlos e os procedimentos neste domínio.

O terceiro princípio é o de transparência. Em reuniões anteriores, já tive o ensejo de Vos informar sobre a nossa acção em matéria de transparência.

A nossa principal responsabilidade continua a ser para com V. Exas., que sois os representantes dos nossos accionistas, e penso que a participação regular do Presidente do BEI nas reuniões da Ecofin tem contribuído para melhorar a comunicação e a informação sobre as actividades do Banco, em conformidade com a vontade expressa ao mais alto nível pelos seus accionistas.

Reforçámos igualmente o diálogo com o Parlamento Europeu, não só participando em reuniões de comissões parlamentares específicas, mas também na sessão plenária em que é analisado o relatório de actividades do Banco. Este diálogo permite que o Banco preste ao Parlamento informações mais detalhadas sobre as suas actividades e conheça melhor as prioridades deste relativamente às políticas da União.

A transparência em relação à sociedade civil foi reforçada, nomeadamente, através do estreitamento das relações com o Comité Económico e Social, que viu reforçado o seu papel de *interface* entre as instituições comunitárias e a sociedade civil. Tal como já foi indicado no ano passado, prosseguimos o diálogo com as ONG, participando em reuniões e na organização de mesas redondas que contaram com a presença de membros do Conselho de Administração. Esta experiência revelou-se muito útil, pois permitiu responder a perguntas e a críticas e também, ouvir comentários interessantes e nalguns casos, construtivos. Além disso, o Banco passou a publicar no seu *site* da internet uma apresentação das suas estratégias operacionais (Plano de Actividades), assim como das suas políticas sectoriais (em particular, as relativas ao ambiente, ao desenvolvimento sustentado e às alterações climáticas). No primeiro ano de existência, a nossa lista pública de projectos em curso incluiu 253 projectos.

Esta transparência “externa” tem de ser complementada com uma transparência “interna”, que inclui muito particularmente, tal como já Vos foi explicado, o desenvolvimento do *Balanced Scorecard*, que deverá ser implementado este ano, para melhorar a aplicação das nossas políticas e a comunicação no seio do Banco.

O quarto princípio consiste na autonomia financeira. O Banco deve estar apto a gerar excedentes suficientes para constituir reservas (para financiar aumentos de capital futuros ou apoiar novas iniciativas decididas pelos seus accionistas) e provisões (para uma cobertura adequada dos riscos inerentes às suas actividades). Tal é essencial para evitar que os nossos accionistas tenham de contribuir para o capital no futuro.

Para garantir que o Banco poderá apoiar novas iniciativas, o Conselho de Administração propôs a transferência da verba de EUR 750 milhões dos excedentes de 2001 para uma nova reserva, que poderia ser utilizada, por decisão futura do Conselho de Governadores, para operações de capital de risco ou operações no âmbito do Instrumento de Financiamento Estruturado, ou para qualquer outro fim apropriado (incluindo dotação para as reservas suplementares). Não é solicitada hoje qualquer decisão deste Conselho sobre a utilização desta reserva.

#### **IV. PROPOSTA DE AUMENTO DO CAPITAL**

Tendo em conta os princípios a respeitar e as nossas prioridades fundamentais no futuro, o Conselho de Administração considerou um certo número de cenários de referência no que respeita aos financiamentos. Estes cenários não podem ser considerados como metas, mas como ilustração das possibilidades de evolução dos financiamentos, determinadas com base nos valores indicados no último PAB. De assinalar, em particular, que uma taxa de crescimento baixa das nossas actividades na UE gera uma capacidade suplementar de crescimento dos financiamentos no exterior da União, sobretudo nos países candidatos à adesão, mas também na Região Mediterrânica, na qual há que dar seguimento às conclusões de Barcelona.

Dado que o limite estatutário para os empréstimos em curso será atingido em 2003, o Conselho de Administração dirigiu-Vos uma recomendação relativa a um aumento de capital, que inclui os seguintes elementos:

- . o aumento de capital produziria efeitos a contar de 1 de Janeiro de 2003;
- . o capital subscrito seria aumentado 50%, passando a ser de EUR 150 000 milhões;
- . a fracção realizada seria reduzida de 6% para 5%;
- . o aumento de capital seria financiado por conversão das reservas suplementares;
- . o aumento de capital deveria cobrir os financiamentos do Banco durante um período mínimo de cinco anos, sob ressalva de uma revisão, caso V. Exas. decidissem confiar novas tarefas ao Banco.

O Conselho de Administração estudou em pormenor três questões importantes.

A primeira é a necessidade de garantir que o aumento de capital cobrirá um período de tempo mínimo de cinco anos. Para além dos debates anuais que conduzem à aprovação do PAB, a proposta de aumento do capital prevê explicitamente a apresentação na sessão do Conselho de Governadores de 2005, ou seja, a meio do período, de uma revisão formal da implementação da estratégia adoptada.

A segunda é o facto de a reserva estatutária de 10% não estar totalmente constituída na data de entrada em vigor do aumento de capital. O serviço jurídico do Banco confirmou que não existe qualquer restrição estatutária a este respeito, e na realidade, esta situação já tem precedentes. Além disso, não teria qualquer impacte na qualidade creditícia do Banco. No entanto, o texto da proposta sublinha a prioridade absoluta que deverá ser dada à reconstituição das reservas estatutárias depois do aumento de capital.

A última é uma questão que tem sido alvo de debates adicionais desde a última reunião do Conselho de Administração, relativa ao financiamento de grandes empresas com fácil acesso ao mercado de capitais.

Gostaria de assinalar que o Conselho de Administração, no relatório sobre o aumento de capital enviado aos Governadores, já aprovou claramente o princípio de que o desenvolvimento regional é e continuará a ser o principal objectivo dos financiamentos do Banco e de que o Banco adoptará uma abordagem mais específica e selectiva, a fim de reduzir os financiamentos a grandes empresas no seio da UE.

Os esclarecimentos constantes das duas cartas que enviei a V. Exas. na semana passada sublinham estes pontos, e na minha carta de 31 de Maio acrescentei o ponto sobre a necessidade de examinar a decisão dos Governadores antes do alargamento. Este exame deverá garantir, e gostaria que isto fosse registado, que as regiões assistidas actuais da EU merecerão um tratamento idêntico ao dos novos Estados-membros.

Posso, por conseguinte, assegurar-Vos que o financiamento selectivo permitirá ao Banco responder às Vossas preocupações. Peço-Vos, pois, que aprovem a proposta de aumento de capital integrada no texto remetido a 31 de Maio de 2002.